



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOSÉ RIBAMAR DE SOUSA

**OLIGARQUIA: AS TRANSFORMAÇÕES EM SEU CONCEITO AO LONGO DA
HISTÓRIA**

Teresina - PI

2022

JOSÉ RIBAMAR DE SOUSA

**OLIGARQUIA: AS TRANSFORMAÇÕES EM SEU CONCEITO AO LONGO DA
HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciência Política
da Universidade Federal do Piauí - UFPI,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Dr. Vitor Eduardo Veras de
Sandes Freitas

Teresina - PI

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

S586o Sousa, Jose Ribamar de.
 Oligarquia : as transformações em seu conceito ao longo da
 história / Jose Ribamar de Sousa. -- 2022.

 28 f.

 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
 Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Bacharel em
 Ciência Política, Teresina, 2022.
 “Orientadora: Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas ”.

 1.Oligarquia. 2. Formas de governo. 3. Instituições.
 I. Freitas, Vitor Eduardo Veras de Sandes. II. Título.

CDD 321.5

Bibliotecária: Gisela Beatriz Costa Oliveira C. Lima - CRB3/748

JOSÉ RIBAMAR DE SOUSA

**OLIGARQUIA: AS TRANSFORMAÇÕES EM SEU CONCEITO AO LONGO DA
HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciência
Política da Universidade Federal do
Piauí - UFPI, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciência Política.

Data da Aprovação: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras Sandes Freitas - UFPI
Orientador

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior - UFPI
Avaliador interno

Prof. Dr. Wellington Sousa Carvalho - UFPI
Avaliador interno

AGRADECIMENTOS

“O senhor é meu Pastor e nada me faltará!” (Salmo 23); pois “tudo posso naquele que me fortalece” (Fl. 4, 13); assim sendo, meus agradecimentos vão a Deus do universo, que me permitiu chegar a esse momento, numa caminhada que ele sabe quão difícil foi, as adversidades superadas e as conquistas finalmente.

Agradeço aos meus pais, meus filhos, demais familiares e amigos que nunca me abandonaram, me incentivaram, meus colegas de turma, e dentre eles, em especial ao Marcus Alexandre que me deu carona por um ano inteiro sem nunca me cobrar algo em troca.

Agradeço, principalmente, a meu grande amigo Gilcimar Negreiros, que nos momentos mais críticos me dizia carinhosamente: “Mister Riba” não desiste, vai dar certo, iremos conseguir, você é o mais velho dentre nós, é um exemplo de perseverança e vontade”. Forneceu-me ajuda das mais diversas e até financeira, pela sua bondade que lhe é peculiar. Muito obrigado, meu amigo!

Aos meus demais colegas de turma, agradeço pela paciência, até mesmo quando eu não entendia os diferentes mundos de vocês diante da idade que nos separava, mas sempre reinou cordialidade e respeito, meus agradecimentos.

Aos meus professores (mestres e doutores) que conduziram brilhantemente meu aprendizado, me fazendo entender outros mundos não conhecidos no campo do saber. Não gostaria de citar nomes, pois cada um deles foram igualmente importantes nesta caminhada, mas citarei o nome do Prof. Dr. Raimundo Junior e do Dr. Vitor Sandes, que dividiram comigo parcela de seus conhecimentos, portanto, quero agradecer e estender a todo o corpo docente comprometido com este projeto, por tudo que me proporcionaram.

Agradeço, finalmente, à Universidade Federal do Piauí - UFPI, pela oportunidade e pela manutenção de projetos como esse que além de promover o conhecimento e a capacitação profissional, permite o engrandecimento desta “Nação” através do conhecimento.

Como diria Foucault, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” Obrigado UFPI por possibilitar a mudança tão necessária.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso objetiva analisar o conceito de “oligarquia”, bem como, uma análise do conceito, a partir do debate clássico e contemporâneo da Ciência Política, analisando como o termo mantém a sua atualidade para pensar em mecanismos de manutenção e reprodução de elites políticas. Este TCC, portanto, analisa como o conceito de oligarquia foi trabalhada como forma de governo na antiguidade, modernidade e contemporaneidade, tendo como entendimento final a transformação teórica a uma prática contínua do termo na atualidade como forma de poder, seja nos governos, seja nas instituições e na continuidade familiar ou de grupos no poder. Para tanto, o TCC parte de uma revisão bibliográfica de trabalhos que tratam do conceito e suas aplicações. A principal conclusão é a existência de uma oligarquia que se manifesta sempre que oportuno através das transformações conceituais ao longo da história.

Palavras-chave: Oligarquia; formas de governo; instituições; concentração de poder.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to analyze the concept of "oligarchy", as well as an analysis of the concept, from the classic and contemporary debate of Political Science, analyzing how the term maintains its relevance to think about mechanisms of maintenance and reproduction of political elites. This TCC, therefore, analyzes how the concept of oligarchy was worked as a form of government in antiquity, modernity and contemporaneity, having as a final understanding the theoretical transformation to a continuous practice of the term today as a form of power, either in governments or in institutions and family continuity or groups in power. Therefore, the TCC starts from a bibliographic review of works that deal with the concept and its applications. The main conclusion is the existence of an oligarchy that manifests itself whenever opportune through conceptual transformations throughout history.

Keywords: Oligarchy; forms of government; institutions; power concentration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 FORMAS DE GOVERNO SEGUNDO PLATÃO E ARISTÓTELES;	10
2 MOMENTOS DA OLIGARQUIA, SEGUNDO PAULO BONAVIDES	13
2.1 Oligarquia na Antiguidade.....	13
2.2 Tipos de oligarquia.....	15
2.3 Oligarquia na modernidade.....	15
2.4 Oligarquia contemporânea.....	16
3 OLIGARQUIA NO BRASIL;	20
3.1 Oligarquia no Império.....	20
3.2 Oligarquia da Primeira República.....	21
3.3 Oligarquia dos anos 1930 a 1945.....	23
3.4 Nova República.....	23
3.5 Oligarquia nas instituições.....	24
3.6 Oligarquia política ou negócio familiar.....	26
4 CONCLUSÃO	27
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

INTRODUÇÃO

Aristóteles fez uso da palavra “Oligarquia” para expressar o sinônimo para governo dos ricos ou grupos que de alguma forma ostentavam o poder como regime de governo, em que sua continuidade se relacionava à familiares ou grupos que possuíam afinidades a essa forma de poder, embora muitas das vezes esse tipo de poder diferenciava-se do poder traduzido pelo regime monárquico que deixava claro a relação de sucessão ao poder pelos laços de família.

Com o decorrer dos anos a oligarquia percorre caminhos diversos que subdivide o poder em ações de governos, não apenas por Nações [Estados], mas também se manifestava em outras formas, que se entrelaçavam entre setores dos mais diversos; grupos sociais, religiosos, no domínio da cultura, na política, na economia, no controle do comércio e indústria [empresarial], dentre tantos outros.

Como compreensão do termo “oligarquia”, a sua morfologia da palavra nos conduz a uma viagem que para muitos o valor do termo é rútilo, embora muitos não percebam a policromática que retira das trevas e revela a beleza oculta de toda a compreensão que distingue a realidade prática da palavra. Como compreender o verdadeiro significado e conceituação para oligarquia? Como ela se sustenta e se subestabelece? Como a sua manutenção se perpetua de alguma forma ao contexto atual, embora muitos relutem nessa aceitação? O termo oligarquia “perdeu boa parte de sua utilidade analítica na Ciência Política em virtude de seu uso pouco rigoroso, tornando-se mais um adjetivo de aplicação subjetivamente orientada do que um conceito instrumentalizável para a pesquisa empírica e a reflexão teórica.” Segundo Couto (2012, p.47). No entanto é importante considerar que existem grupos que se mantêm, se reproduzem ao longo do tempo na política, ainda que seja dentro do contexto democrático. É por isso que esse TCC, tem como tema a “OLIGARQUIA: as transformações em seu conceito ao longo da história”.

Este trabalho tem por finalidade a observação conceitual e a manifestação da oligarquia que segue em uma grande teia, que com sua complexidade termina por ultrapassar fronteiras do imaginável, ao mesmo tempo, que se camufla para que não se possa perceber sua presença como forma de governo no meio social.

Nossa hipótese é que a oligarquia continua operante e contém outras formas de apresentação, além do que, se apresenta como forma de poder. Nestes termos, poderíamos está sozinho nesta reflexão, é um pouco usual dentro da ciência política, no entanto, uma série de autores tem retomado a discursão sobre oligarquia, a exemplo de Couto (2012), que tem se debruçado sobre o conceito e sobre o processo político a qual se refere a oligarquia e por isso que esse trabalho retoma esse debate devido a atualidade do tema. Minha contribuição é no sentido de que entendamos se fazer necessário a análise detida sobre a existência da oligarquia, não apenas no seu sentido negativo, mas também tendo em vista a contribuição que o conceito pode dar para compreensão da política e dos fenômenos da política contemporaneamente.

Para tanto, esse TCC foi estruturado em três capítulos. No primeiro trataremos de apresentar as formas de governo segundo Platão e Aristóteles, nas obras “A República” e “Política” respectivamente, por entendermos serem os clássicos destes ícones filósofos. No segundo, trataremos da oligarquia na antiguidade, modernidade e na contemporaneidade, onde buscamos apoio intelectual em obras de autores diversos, que contribuem para nosso desenvolver. E, por fim, no terceiro trataremos da oligarquia no Brasil em determinados momentos da vida política, através de pesquisas outras em obras que visam facilitar nossa análise e que nos conduza ao objetivo e permita uma melhor avaliação do tema.

1 FORMAS DE GOVERNO SEGUNDO PLATÃO E ARISTÓTELES

Existe a necessidade neste trabalho de evidenciarmos a conceituação de formas de governos e em destaque a oligarquia, que se traduz como forma geral aos que fazem referência ao tema. Para que se possa chegar ao tema principal, Aristóteles observa em seus diálogos as formas de governo, (Aristóteles, 2002). Quando se usa o termo Governo, observa-se que este deve estar revestido da autoridade. Autoridade que quem a possuir, deve ter a capacidade de saber usá-la de modo a satisfazer os interesses e necessidades daqueles que desejam possuir liberdade e igualdade em sua plenitude. O governo é a autoridade suprema nos Estados, onde existe a necessidade de que a autoridade constituída deva ficar conforme o tipo de regime, nas mãos de um ou conforme seja estabelecida na legalidade mais de um. Aristóteles descreve o entendimento que cada forma de governo possui características específicas e todas elas possuem algo em comum, ou seja, que em todas elas existe a necessidade de um certo número de pessoas a exercer o poder soberano.

Precisamos apresentar alguns conceitos de formas de governo, embora nosso objetivo seja tratar especificamente sobre oligarquia, em que se busca entendimentos de conceitos no contexto e na forma de pensamento de seus autores e numa narrativa mais simples e objetiva possível sem buscar ferir a linguagem existente. A viagem ao mundo da oligarquia pretende apresentar um processo que possa provar a prática de sua real existência, seja ela na governança ou em outras formas que venham a se apresentar. Aristóteles já mensurava o termo como sendo uma forma de governo. “Desse modo, duas formas de governo existem - a democracia e a oligarquia; pois se julga a aristocracia como uma espécie de oligarquia, e o que se chama república não mais do que uma democracia”. (Aristóteles, 2002, p. 176).

Embora sabendo da existência de diversas formas de governo, traremos alguns conceitos de formas de governo visando o entendimento do objetivo. Na etimologia da palavra, tem-se a oligarquia com origem grega, que se pode conceituar como governo de poucos.

Segundo Platão (1999), monarquia é a forma de governo onde só um governa o Estado. “No que diz respeito ao governo político e real, afirmam quando um homem governa sozinho e com a sua própria autoridade, o governo é real; e por ser,

pelo que diz a Constituição do Estado, a um só tempo, senhor e súdito, o governo é político” (Aristóteles, 2002, p. 11).

Bobbio define o regime democrático primeiramente como “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. Esta é uma definição procedimental, ou seja, que foca em primeiro lugar no processo pelo qual as decisões coletivas são tomadas, antes da consideração de seu conteúdo. O filósofo italiano assim o faz por entender que este é o melhor critério disponível para contrapor à democracia todo o conjunto das formas de governo a ela antitéticas, que poderíamos sintetizar como regimes autocráticos, isto é, “o poder que parte do alto, em oposição ao poder que vem de baixo” (BOBBIO, 2015. p. 98-99).

Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente. Mas até mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isto, para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos” (BOBBIO, 2015. p. 35).

Em cada forma de governo percebe-se a necessidade de normatização que norteiem a governança, e que se baseiam na forma de leis como forma constitucional, sendo levado em consideração o que está descrito: “[...] as leis devem ser feitas para as constituições, como todos os legisladores as fazem, e não as constituições para as leis” (Aristóteles, 2002, p.173). Muitas outras observações devem ser feitas sobre as formas de governo a adotar, para que a constituição possa conter leis que a sustente. Precisa-se observar ainda que existe entre as formas de governos, tais como a democracia e oligarquia outras espécies delas e não apenas uma. A respeito das formas de governo, apenas 03 (três) delas são tidas como puras: realeza, aristocracia e república, sendo que para cada uma delas são formadas 03 (três) outras formas de governo, tidas como desvios das constituições puras, assim observadas: da realeza a tirania, da aristocracia a oligarquia e da república a democracia. Com isso nota-se a busca por uma forma de governo que seja mais apropriada para o Estado. “[...] a democracia é o mais tolerável desses governos degenerados” (Aristóteles, 2002, p.174). Citação nossa: as formas adequadas de governo devem ir sempre ao encontro

das necessidades com ênfase no coletivo, tendo em vista o desejo do bem estar de todos.

Distanciado a tirania temos a oligarquia e democracia para os ajustes, existindo para cada uma delas várias espécies para os diferentes tipos de governos existentes, para que tenhamos uma forma mais perfeita. Não intenciono tratar de outras formas de governo ou derivações, mas tratar especificamente de oligarquia, fazendo algum paralelismo à democracia.

“Não se pode crer, como nos dias atuais se costuma fazer, que a democracia apenas exista em todos os Estados onde a multidão domina, pois nas oligarquias e em toda a parte é sempre a maioria que possui a suprema força; nem crer que exista a oligarquia sempre que o poder esteja nas mãos da minoria”. “[...] é preferível dizer que existe a democracia quando o poder supremo está nas mãos dos homens livres, e que existe oligarquia quando está nas mãos dos ricos” (Aristóteles, 2002, p.176).

Nestas citações chego ao entendimento de que seja necessário melhor definir o que são homens livres e já que os ricos mesmo sendo a minoria terminam por ter seus desejos satisfeitos. A maioria realmente é livre? São os homens livres que governam? Embora se direcione o debate para a legitimidade através do sufrágio popular da maioria, cremos na religiosidade (fé) de o representante do poder sofra menos pressão da minoria que fora transformada em poder, de modos que sua representação de fortuna faça a diferença diante do povo sem posses.

2 MOMENTOS DA OLIGARQUIA

Como já descrito e com ligação de autores da Ciência Política e até do Direito, que apresentam as formas de governos, como se comportam, tendo por suporte contextual três momentos: a antiguidade com Aristóteles e Platão, a modernidade com Maquiavel e Montesquieu e a contemporaneidade, com autores da atualidade que apresentam as formas de governo como mais adequadas.

Este caminhar nos permitirá a análise, o vislumbre e beleza que nos conduz ao mundo político, sem, no entanto, deixar de nos apresentar caminhos ou variáveis que surgem e que podem nos ser fonte de reflexão.

2.1 Oligarquia na Antiguidade

A oligarquia na antiguidade tem seu princípio em Platão e Aristóteles, sendo esses renomados filósofos detentores dos estudos das formas de governos, seus comportamentos e características, bem como o desmembramento ou a transição entre elas. Como já mencionei antes irei me ater em especial à oligarquia, a qual é nosso desejo de análise.

Apresentaremos o pensamento apresentado pelo filósofo, que descreve características desta forma de governo, como sendo a oligarquia na sua praticidade.

A forma baseada no recenciamento da propriedade em que os ricos são soberanos e os pobres não participam do governo; [...] o comando; [...] é que um Estado desses não é um só, mas dois, forçosamente: o dos pobres e o dos ricos, que habitam no mesmo lugar, e estão sempre a conspirar uns contra os outros; [...] o maior deles é: a possibilidade de vender todos os seus bens e de adquirir os de outrem, e de, os alienar, se habitar na cidade, sem se tomar parte em nenhuma das atividades, sem ser comerciante, nem artífice, cavaleiro ou hoplita, mas etiquetado como pobre, indigente” (Platão: 2002, p. 246-248).

Na primeira citação somos conduzidos a uma escolha, que termina por fazer a separação que direciona à soberania, baseada na condição de posse, da fortuna, pela instrução que possui, ou ainda, pela nobreza da família. A segunda faz referência ao comando, que faz uma analogia de quem é o mais apropriado a ficar no comando, aquele no qual é característico. Na terceira citação é realmente dessa

conspiração entre pobres e ricos, no qual, isso não é problema apenas da oligarquia, porque ambos existem em qualquer forma de governo e sempre que possível irão se enfrentar, embora que de modos diferente. O domínio de uma classe sobre a outra é que irá decidir a forma de governo. Na última citação percebe-se uma forma de oligarquia camaleoa, que se despoja, ao mesmo tempo em que se protege na forma de homem livre, mas na verdade apenas se rotula como tal.

O entendimento nos conduz a duas formas de governo: a oligarquia e a democracia, que por sua vez se apresentam em diversos tipos.

O primeiro tipo de democracia é a que tem a igualdade como base. Nos termos da lei que regula essa democracia, a igualdade vem a significar que os ricos e os pobres não possuem privilégios políticos, [...] que a liberdade e a igualdade formam, em essência a democracia (Aristóteles, 2002, p. 180).

Neste tipo de democracia os privilégios são inexistentes para pobres e ricos, ou gozam dos mesmos privilégios, isso enquanto existir liberdade e igualdade política. Outra seria, naquela em que o censo ocupe um corpo público através da distribuição da magistratura. Aristóteles (2002), “é necessário que aquele que atinja o recenciamento pedido tenha participação nas funções públicas e dela seja excluído quando deixar de possuir o censo.” Sendo o governo constituído pela magistratura, tem-se a igualdade de participação, todos igualam-se em direitos e deveres, podendo participar do corpo público do governo politicamente. Outra, “admite às magistraturas a todos os cidadãos que não se corrompem; porém a lei é que manda” (ARISTÓTELES, 2002, p. 181). Uma outra, é que qualquer habitante que tenha a condição de ser cidadão, seja declarado capaz de gerir as magistraturas e a soberania é firmada por lei e a última a soberania é transportada da lei para o povo. A autoridade total é conferida à lei. O povo torna-se monarca, tirano se a lei possui sua soberania violada. Na democracia as leis é que governam, ou seja, no regramento democrático o que sustenta é a lei (Constituição) que é parâmetro para a governança do Estado diante do cidadão.

2.2 Tipos de oligarquia

Assim como nas democracias, faz-se necessário o entendimento dos tipos de oligarquia, em que a primeira é aquela que para se chegar à magistratura o preço

do censo é tão alto que o pobre não pode pagar e qualquer um pode participar do governo; outra, as magistraturas são acessíveis pelos rendimentos que se tem; outra o filho sucede o pai e por último a hereditariedade, cabendo aos juízes a autoridade e não a lei. Com essas diversas formas de apresentações entre democracia e oligarquia, podemos entender que se pode ter quantas formas possíveis de ambas que se desejar. As classes envolvidas se subdividem, no qual uns participam do governo e outras não. Na conceituação de Oligarquia, deve-se ter o cuidado para não confundir com Plutocracia, ou seja, o “governo dos ricos”, pois os ricos influenciam a política mesmo não estando nela.

2.3 Oligarquia na Modernidade

Na modernidade, Maquiavel prega o pragmatismo absolutista no aconselhamento aos detentores de poder, em que, uma só pessoa exerça o poder, no qual cabe ao soberano as decisões. Portanto, apenas duas formas tidas como puras de poder são evidenciadas: monarquia e república, sem fazer menção às formas tidas corruptas, observando que cabe ao governante realizar um bom ou mal governo, desde que o atendimento à classe política, as prioridades do Estado e os interesses público sejam satisfeitos, ambas boas seriam.

Essa interpretação maquiavélica se traduz no sentido desejado, na qual, se pode na república tomar direcionamentos à oligarquia como forma corrupta de uma base de ricos e nobres (aristocracia) que se corrompem ou buscam se perpetuar no poder, sendo os laços familiares ou poder de um determinado grupo que manipulam o governo.

Para Hobbes (2010), “o poder soberano (se soberano) não estaria sujeito a nenhuma limitação, portanto, não há de se falar em formas boas ou más de governo, porque qualquer tipo de avaliação será fruto da paixão, e não da razão”.

Maquiavel possui uma verdadeira simpatia pela monarquia como forma de governo, o que lhe fez produzir a seguinte citação: “Não me ocuparei das repúblicas, uma vez que tratei em outros lugares. Cuidarei somente dos principados; tentarei discutir e mostrar como os principados hereditários podem ser governados e preservados” (MAQUIAVEL, 1999, p. 39).

Descreve uma observação tida como importante, na qual ao detentor do poder afortunado faz menção ao poderio que possui, mas, se observarmos uma outra forma de interpretação, apresenta uma metáfora que denota o poder da organização de uma classe desprovida de recursos, mas também do poder absoluto.

[...] e uma vez que nosso livre-arbítrio permanece, acredito poder ser verdadeiro o fato de que a fortuna arbitre metade das nossas ações, mas quem mesmo assim, ela nos permita governar a outra metade quase inteira. Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se enfurecem, transbordam pelas planícies, acabam com as árvores, as construções, arrastam montes de terra de um ponto a outro; tudo foge diante dele, tudo se submete a seu ímpeto, sem conseguir detê-lo, e, embora as coisas aconteçam assim, não é menos verdade que os homens, quando a calma retorna, são capazes de fazer consertos e barragens, de sorte que, em outra cheia, aqueles rios estarão correndo por um canal, e seu ímpeto não será nem tão livre nem tão nocivo (MAQUIAVEL, 1999, p. 143-144).

Montesquieu apresenta as formas de governo onde classifica-os em três espécies, sendo o republicanismo em que o povo como um todo ou parcela dele detém o poder soberano; a monarquia que governado por um indivíduo com bases em leis estabelecidas e fixas a espécie despótico com a centralização do poder em um só indivíduo que governa segundo sua vontade sem a existência de regras. Em principal a referência ao republicano é incorporada por certas famílias e exerçam o poder soberano. “Eu disse que a natureza do governo republicano é aquela em que o povo incorporado ou em certas famílias nele exerçam o poder soberano” (MONTESQUIEU, 2001 p. 121).

2.4 – Oligarquia Contemporânea

Segundo Couto (2012) em seus estudos descreve uma conceituação com abrangência que fundamenta bem toda essa forma estrutural, numa nova visão de conceituação do que venha a ser o termo.

A remissão de Michels à concepção de classe política de Gaetano Mosca é crucial para que possa ser circunscrita com clareza a sua definição de “oligarquia”. A oligarquia se compõe necessariamente daquele grupo minoritário que, por meio da divisão organizacional do poder, logra ocupar posições institucionais que lhe permitem tomar decisões que afetam os interesses coletivos de forma infensa a controle. Essa concepção da “classe política” é importante na construção de um conceito descritivo de oligarquia porque é ela que permite pensar nos “oligarcas” como um grupo de poder

específico e na “oligarquia” como um grupo de poder específico e na “oligarquia” como a forma de predomínio desse grupo, que se distingue dos demais não por sua origem de classe, mas pelo papel organizacional específico que desempenha (COUTO, 2012, p.48).

Nessa forma de entendimento do conceito em que diversos autores contribuem pode-se entender que nas formas de governos que melhor se estruturam e suas razões, pois cada país, cada continente, cada um em sua forma de percepção e com diferentes apresentações, fogem da terminologia de oligarquia, mas se estruturam como tal. Saem do campo conceitual de governo de poucos e se estabelecem como governo de detenção de poder e controle, se sobrepondo a uma classe menos favorecida.

Essa estrutura passa pelas diversas formas de oligarquias, independente do meio em ela tenha sido estabelecida, não importando quem sejam os atores que sustentam uma forma de poder. Os governos são estabelecidos entre as Nações com propostas das mais puras de democracia que se subestabelecem no campo do direito a igualdade e liberdade. As classes políticas são hoje entranhadas nas mais diversas categorias de desejos do poder, apresentados em todos os campos imagináveis, da intelectualidade à empresarial, assim sendo o “governo de poucos”.

Sabemos que mundo afora as formas de apresentação da oligarquia são as mais diversas, bem como na América Latina. Com as problemáticas políticas nas últimas décadas no mundo, nota-se por fatos que se sucedem, uma convergência para uma caminhada oligárquica prática, embora isso não seja comum a todos e não podemos aqui generalizar.

Para que possamos entender que a oligarquia transcende os muros dos governos e chega aos mais diversos pontos e que inclusive ao chegar no meio empresarial se transformam em novas formas de oligarquias e geram ou tomam outras formas.

O Novíssimo Dicionário de Economia define oligarquia como: “Regime político ou outra forma de dominação de qualquer tipo, no qual o poder está nas mãos de um grupo pequeno de pessoas que dele se apossaram, sendo exercido apenas por elementos desse grupo” (SANDRONI, 1999, p.431).

Neste conceito, pode-se entender que outras formas de dominação de qualquer tipo, vem corroborar com o que desde o princípio pretende-se apresentar, onde, para tanto a viagem é longa para se descrever o processo arte manhoso que se estabeleceu. Na América Latina, precisamos, mesmo que seja de forma breve

apresentar algumas concentrações de poder que se estabelecem, e que aqui não está em questão se é ou não algo do campo da moral, se exposto ou não, quem são os partícipes, etc., mas sim o entendimento de que as falas, de que os países são democráticos e que não existe mais oligarquias, percebe-se ao contrário.

Governo Oligárquico Mexicano – Chefiado por José de La Cruz Porfirio Diaz Mory “O Porfiriato, era baseado em desigualdades sociais. Porfirio Diaz governou por mais de 30 anos e seu governo foi recheado de eleições fraudulentas, perseguições a opositores e benefícios às elites” (BETHRLL, 2002).

No Chile, tivemos um fato muito interessante e uma forma de oligarquia que se estabelecia objetivando neutralizar o avanço das esquerdas na América Latina, com a chegada ao poder de Augusto Pinochet que derrubou o projeto socialista do presidente Salvador Allende, em 1973, que culmina numa formação de governo com os economistas conhecido como the Chicago boys, que tinham como missão principal fazer acordos em benefício das multinacionais principalmente na exploração do cobre chileno. Um dos propósitos principais da oligarquia chilena era isenção fiscal estendida e privatizando a maioria dos serviços e programas públicos essenciais (incluindo aposentadorias).

“Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programada Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina” (HARVEY, 2008, p.18).

Essa participação terminava por formar dentro do governo chileno pelo que se percebe, uma participação oligárquica comandada principalmente pelo governo norte-americano com tendências a se espalhar por toda América do Sul.

Não iremos aqui ao mérito das razões, mas a caminhada destas formas de oligarquias nesta nova conceituação, nos deixa o entendimento da sua existência, mesmo no contexto atual. As interligações que se estabelecem, os compromissos firmados os desejos pessoais, entres tantas outras formas de definir essas relações de poder.

A oligarquia desta forma ultrapassa as barreiras do Estado, escala outros muros para um fortalecimento que seja comungado pela ideia global.

3 OLIGARQUIA NO BRASIL

A oligarquia no Brasil trilha toda uma história que se confunde com o que realmente é o Brasil hoje. A diferença é que desde o Brasil-Colônia tudo isso era praticado de forma que talvez não fosse essa intenção, quando o reino de Portugal tinha todo o domínio sobre a colônia e resolveu transformá-la numa nova Pátria. E, de formas que todos os fatos vividos, praticados e presenciados culminaram por transformar em Nação. A Coroa não estava satisfeita com isso e que não foi um processo pacífico até à independência, que abordaremos posteriormente.

Sabemos que, quando se fala hoje em formas de governo principalmente diante de tantas formas de interesses a muito praticadas, pode-se até pensar que a prática oligárquica não mais exista. Se a existência do poder se alinha com certa facilidade à “oligarquia” e se ela não mais existe, me conduzo a questionamentos em busca de respostas. Por que razão tanta manifestação de poder por poderosos grupos que se alinham mesmo sendo a grandiosa minoria, mas que detém o poder? Por que motivo se manifesta desde as empresas familiares, às instituições governamentais, aos grupos que sustentam o Governo, as grandes instituições financeiras, os bancos, os jogos (loterias), nas igrejas religiosas (católicas, protestantes e outras), as facilidades para que os grandes grupos se mantenham? Porque ainda hoje se mantém a hegemonia dos políticos, na qual a formação de clãs continua a existir, a manifestação clara de quem é que manda, a passagem do poder de pais para filhos através do controle da miséria que alastra o país, sendo que quando pior melhor? Bem retrata em sua conceituação Caetano Mosca.

“A oligarquia se compõe necessariamente daquele grupo minoritário que, por meio da divisão organizacional do poder, logra ocupar posições institucionais que lhe permitem tomar decisões que afetam os interesses coletivos de forma infensa a controle” (MOSCA, 1998 *apud* COUTO, 2012, p.48).

3.1 Oligarquia no Império

Durante o regime constitucional monárquico (1824 a 1889), tivemos um período de certa forma difícil do ponto de vista de Nação, vinda de um processo de Independência em 1822, porém, serve para principiar o norteamento de uma

governança própria, a qual tornar-se-ia necessária em virtude independência da nova Nação, no qual vontades e interesses, afloravam principalmente os particulares.

Mesmo antes deste período, “a Coroa portuguesa não dispunha de recursos humanos e nem financeiros para a exploração da colônia recém descoberta e para tanto far-se-ia necessário recorrer aos mercadores e banqueiros nessa associada colonizadora, numa aliança com a burguesia comercial, montada numa expectativa de monopólio e privilégios baseados no livre-cambismo”. “Com a abertura dos portos em 1808 e a extinção do monopólio comercial que termina por prejudicar os interesses metropolitanos em dotar a colônia com várias instituições” (COSTA, 1999, p. 20-38).

Com as medidas da independência, principalmente ingleses e franceses proprietários de fazenda de algodão, cana de açúcar e tabaco beneficiavam-se com o comércio direto, desde a abertura dos portos. Com a independências existe a perda de privilégios de alguns, porém, outros se manifestaram, ainda mais com o aparecimento do ouro em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que se descobre o seu descaminho e a sonegação fiscal, sendo que tudo isso poderia ser observado de uma forma comum para a época, a manifestação de pequenos grupos. Ainda, vários tinham ocupado cargos importantes como funcionários da Coroa Portuguesa e agora pós independência, sensíveis às causas Brasil continuavam por ocupar cargos importantes na nova administração. Costa (1998) “Constituíram uma verdadeira oligarquia fazendo parte do Conselho de Estado, Senado, Câmara dos Deputados, exercendo funções de presidentes de províncias e de ministros de Estado.”

É importante observar que neste período existiu uma grande rotatividade na Câmara dos Deputados imperiais, pois a cada legislatura muitos não conseguiam retornar à Câmara, portanto o rodízio dos representantes oligárquicos terminava por assim facilitar a governabilidade, sem geração de conflitos mais acirrados.

3.2 Oligarquia na Primeira República

Neste período foram as oligarquias que ditaram as regras, principalmente as rurais e cafeeiras, quando o Brasil esteve sobre o comando do Exército, com Marechal Deodoro e Floriano Peixoto (República da Espada), que em 1894 ao ser apoiado pela a oligarquia paulista, surge um novo período, a chamada República das Oligarquias.

Um dos marcos foi efetivado pela formação de alianças, acordos entre a presidência da República e os governadores de Estado, no qual, esses davam o apoio pleno à presidência e tendo como troca a não interferência federal nas relevâncias estaduais (eleições locais). Essa formação culmina por ser conhecida como política dos governadores, principalmente no governo do Presidente Campo Sales. Esse apoio dos governadores torna mais conhecido como “coronelismo”, surgido em 1891 pela implantação do regime federalista, onde os detentores do título (coronéis) detinham um poder regional de tal modo que nas suas propriedades rurais e vizinhas a elas seu poder tornavam-se lei e eram cumpridas na íntegra e até mesmo detinham o poder de polícia, tamanho era seu prestígio social. Mantinha sob sua égide seus afilhados políticos, naturalmente as articulações, o controle do voto (curral eleitoral).

Os coronéis se alinhavam ao governo estadual e esses por sua vez em troca lhes permitiam seu domínio local reconhecido. LEAL (1995) “Na ótica de Leal, o coronelismo surgiu na confluência de aspectos políticos, de um sistema federativo em formação, com a conjuntura econômica e social do período.” Victor Nunes Leal descreve um período bem diferente do nosso (1891-1930). O poder os coronéis atualmente não é uma manifestação do coronelismo, que é um processo social e político datado historicamente.

“Nesse sistema, o governo estadual asseguraria o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, além da garantia do controle de cargos públicos, desde aqueles ligados à polícia até os relacionados ao setor administrativo das localidades” (SANDES-FREITAS, 2019, p. 14).

Passados alguns anos nota-se no coronelismo pela presença maior do Estado uma diminuição de poder, onde a manutenção da ordem passa a ser feita pelos delegados de polícia, agora funcionários públicos e que assim a polícia militar passa a ter esse controle burocrático. Essa transição se dar com a não necessidade mais desta figura que no seu tempo era como um elo de ligação entre o governo e o homem ou mulher comum.

“...a forma principal de articulação da sociedade e de vinculação desta ao Estado é o clientelismo. Clientes e patrões de nível mais baixo se agrupam clientelisticamente ao redor de outros de nível mais alto até chegar ao Estado, ponto de confluência de confederações de patrões..., o Estado, embora tenda a ser autoritário e a projetar uma imagem de força como patrão dos patrões, mostra pouca penetração na sociedade civil, restringindo-se quase sempre ao que podem fazer por intermédio de coalizão de patrões, que parcelam o

controle efetivo do território... e ... as classes se atomizam ao redor de dos sistemas clientelísticos...” (O'DONNELL - 1976: p.24).

A República era controlada pela a oligarquia, principalmente por São Paulo e Minas Gerais, com predominância rural, no qual São Paulo tinha o predomínio na cafeicultura e em Minas era a produção de leite, o que culmina com o pacto da oligarquia “política café com leite”. A oligarquia paulista estava reunida no Partido Republicano Paulista (PRP), e a mineira, no Partido Republicano Mineiro (PRM).

3.3 Oligarquia dos anos 1930 a 1945

Quando o presidente Washington Luís nomeia como sucessor o paulista Júlio Prestes, gera uma crise fortíssima no pacto da “política do café com leite”, por não ter indicado o mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Só que estes eventos se estendem por todo o país, inclusive pelo Piauí, onde a família Pires Ferreira e os Almendra Freitas estabelecem indiferenças, mesmos que tivessem ramos de atividades distintas, vinhas as chispas pela administração estadual e a luta pela terra, conforme citação. “No início do período republicano, duas famílias marcaram a disputa pelo controle político do estado: Freitas e Pires Ferreira. Ambas eram compostas por grandes proprietários rurais, ligados à atividade comercial” (BONFIM, p.52 apud SANDES-FREITAS, 2019, p.16).

Na Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder após um golpe político que liderou juntamente com os militares brasileiros, culminado por fim na supremacia paulista e mineira. O governo se manteve firme com sua política populista até a chegada em 1945 de Gaspar Dutra, que se estende até o golpe militar de 1964, que também chega ao término em 1985, onde se inicia o período da nova república aos dias atuais.

As oligarquias sofrem situações das mais diversas e naturalmente que buscam se estabelecerem nos Estados, cada uma a seu modo. Um fato interessante é que os grupos oligárquicos tecem uma teia e navegam por águas nunca pensadas.

3.4 Nova República

Vejamos um fato pitoresco que a política do Piauí nos reserva, isso foi na coligação para governo do Estado do Piauí, entre Alberto Silva e Lucídio Portela em 1986 (PMDB/PDS), fato jamais imaginado até então. Alberto Silva recebe um recado em sua residência de que Lucídio Portela (o homem da chibata) queria falar com ele, apreensivo diz: “só irei se eu levar meus dois capangas, pistoleiros, Francílio e Tomaz Teixeira” (Alberto Silva). Ao chegarem ao encontro, Lucídio também tinha levado seu homem especial (José Luís Martins Maia) – ex-Deputado Federal e ex-Secretário da Indústria do Governo de Lucídio Portela. Ao adentrarem à sala Lucídio Portela se abraça a Francílio Almeida e começam a chorar (amigos de escola a anos), daí então se quebra o clima tenso e surge a coligação onde Alberto Silva sai candidato a Governador e Lucídio Portela a Vice-governador (entrevista de Alberto Silva – Jornal Notícia da Manhã, TV Cidade Verde, 11/04/2008).

Esse fato servirá para demonstrar que mesmo dentre os campos ideológicos e das indiferenças entre famílias e os desagregos regionais, as oligarquias se reversam e se unem conforme seus interesses e que por si só se desarticulam. Todos esses atores dizem não à oligarquia como forma de governo. Mas os conceitos nos mostram que novas formas de oligarquias se apresentam e se instalam. Seja nos governos, nas instituições governamentais ou não, nas empresas (familiar), nas organizações internacionais, na formação de clãs (combustível), nas universidades, nos sindicatos, nas federações (em geral) que formam as confederações, etc.

3.5 Oligarquia nas instituições

Neste bloco desejamos apresentar a influência e a força da oligarquia nas instituições que sejam elas públicas ou privadas, de modo que as formas oligárquicas se manifestam de forma sorrateira e capciosa no que se refere ao termo, porém cada um dos atores busca seus interesses. No discurso da democracia em proteção às instituições para não assumir um autoritarismo dentro de um regramento democrático.

“O fato é que a sua ação se dá de forma sorrateira, voltada a ressignificação semântica de um vocábulo de apelo popular, visando a reforma das instituições, mas desatendendo a sua constituição formal, mesmo pela via

material ou de sua prática ou. Em essência, isso equivale a uma dura e radical viragem política, cuja profundidade e relevância não são percebidas pela esfera pública, dado que os oligarcas não tornam públicas nem explicitam as divergências e fogem aos embates teóricos, permanecendo atentos ao necessário triunfo no campo semântico” (BUENO, 2017, p. 307).

Este é um grande dilema, no qual os grupos buscam se apropriar de espaços específicos de modo muito discreto diria, onde uma comunicação com o externo seja imperceptível diante de uma estrutura de poder em formas de agências ou órgãos de governo legalmente constituídos. “[...] rigorosamente, operam às escuras e, paradoxalmente, à margem e dentro do Estado, deslocando seus órgãos da execução de sua função recíproca, virtualmente apropriando-se deles” (MÉSZÁROS, 2015, p.94).

Os que pertencem às instituições governamentais se auto protegem, com normas ou regras que culminam na permanência de seus membros, com raras exceções, mesmo que haja condições e evidências para sua exclusão. A Instituição transforma-se em uma casa de interesses, onde os conceitos convergem para essa forma concludente de oligarquia. “A ponte de ligação da oligarquia com a democracia se dá em nível discursivo, isto é, a forma de penetração buscada é a retórica através dos meios de comunicação de massa e do poder persuasivo de consumo de massas, aprofundando, desse modo, a tendência oligárquica cuja absolutização é indicada” ZAGREBELSKY (2011, p. 22)”.

É multifacetário o sistema e onde as oligarquias criam artifícios dos mais diversos com objetivos definidos em distanciar os atores sociais a ofuscar a percepção das estruturas de poder montada no mando político, além de evitar propostas de discursão junto ao público do que transparece no mundo real político nos ocultos corpos sistêmicos. As oligarquias penetram nas instituições pelos grupos de interesses principalmente, onde as próprias casas se manifestam favoráveis, pois sabem que o importante capital investido nas campanhas e pós campanhas eleitorais irão vos permitir uma boa colheita. As políticas das trocas de favores, as “doações”, os acordos grupais, terminam por minar a administração pública. O gestor não consegue desatrelar-se dos oligarcas pelas promessas feitas e seu descumprimento ou a quebra do pacto pode ter conotações de riscos. Quem dita as regras da política alimentar no Brasil, será a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do ministério a ela agregada ou são os oligarcas rurais com cada vez mais poder? No

setor Industrial, quem dita as regras é o ministério agregado ou é a Confederação Nacional da Indústria (CNI)? Na infraestrutura é o governo ou as grandes empreiteiras? Quem são os privilegiados nas licitações? Citaremos alguns exemplos atuais e que não possuem conotação com o contexto político atual e não visa beneficiar ou não uma administração.

O sistema oligárquico brasileiro em especial aqui a tratar, são percebidos em todas as instituições governamentais, mas não se usa a terminologia para expressar a existência. Provavelmente irei receber várias críticas em relação a essa citação. Vejamos, portanto, na Câmara dos Deputados e Senado da República, existem atores identificados por bandeiras levantadas em virtude dos interesses pessoais, a começar pela sigla partidária, onde em seus estatutos norteiam as ações dos pertencentes.

Na formação de bancadas específicas; sejam elas ruralistas, comerciais, industriais, transportes, de investimentos, financeiras, de infraestrutura, da mídia e de tantos outros. O grande interesse é com a ordem econômica, pois os projetos democráticos quando possui um viés social pleno terminam por criar uma grande abertura para bloqueios criados pelos grupos oligárquicos camuflados de empresários setorializados. O efeito corrói de morte a democracia e impera o capitalismo oligárquico como forma de poder.

3.6 Oligarquia política ou negócio familiar

Tudo se confunde em virtude do nicho pertencente. Vejamos, portanto, que as inúmeras famílias que se sucedem no poder a muitos anos, torna-se oligarcas, se observarmos o conceito apenas, como governo de pouco e familiares que se alternam ao poder. Nosso objetivo neste contexto não é apresentar as famílias que se sucedem em alguma forma de poder, permitindo a continuidade da oligarquia não assumida. No Brasil, imensa é a lista deste tipo de procedimento, que nos conduz a futuras pesquisas.

Essas famílias possuem uma vida política, mas também uma ligação com a vida empresarial, variando desde empresários da imprensa, investimentos, educação, hospitalar, agronegócio e tantos outros. Muitos deles vivem da política e muitos outros para a política.

4 CONCLUSÃO

Nosso maior desafio é perceber e desmistificar a grandeza que se transformou as diversas forma de comportamento oligárquicos e que não aceitam a termologia. Torna-se aqui o termo em seu sentido descritivo e genérico, isto é, são cautelosos nas escolhas, autoritários, com controle nos poderes, desencoraja e mina opositores, entrelaça as relações principalmente entre os apoios que possibilitam a manutenção do poder.

Nossa hipótese se concretiza, através dos conceitos analisados de que a oligarquia existe, embora que com uma dinâmica política da cidadania, que se alvoroça algumas vezes, mas se comportam com o peso de uma oligarquia política estatal, onde os impasses são frequentes, porém não eclodem o suficiente para uma mudança real. As forças políticas e de capital falam mais alto e abafam os ruídos que saem das bases da pirâmide de sustentação de um sistema opressor.

A oligarquia perceptível hoje funciona não como uma forma de governo, mas sim, como uma forma de poder, pois, nem todas as formas apresentadas como oligarquia são o governo, mas atuam sobre o governo como elemento de pressão exercendo poder. Isso nos conduz às formas de pressão exercidas também por um grupo que pode não está no governo, mas exerce poder. É uma eterna queda-de-braço.

A esperança ancorada que concede uma estabilidade ao sistema habilmente controlada pelas oligarquias no poder inspiram mesmo assim uma conjuntura social que possa reestabelecer a ordem do status quo. As análises nos permitem uma caminhada para um novo repensar como contribuição da Ciência Política para que se celebre um senso de igualdade e liberdade que permita um sentimento de satisfação a todos comum.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Política. Editora Martins Claret, 2002.

BOBBIO, Norberto. DIREITA e ESQUERDA: Razões e significados de uma distinção política, Editora UNESP, 1995.

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo na história do pensamento político. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea, RSP v.20, Nº. 44, nov. 2002.

DAHL, Robert Alan; LIMONGI, Fernando; PACIORNIK, Celso. Poliarquia: participação e oposição. Edusp, 1997.

DE MATTOS, Alessandro Nicoli. O Livro Urgente da Política Brasileira: Um Guia para entender a política e o Estado no Brasil. 2017.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

HOBBS. Leviatã: ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil, Editora Martins Claret, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Penguin/Companhia das Letras. São Paulo:1999. Tradução: Maurício Santana Dias.

MEIRINHO, Jali. REPUBLICA E OLIGUARQUIAS: subsídios para a história catarinense - 1889 - 1930, Editora Insular, 1997.

MONTESQUIEU. O ESPIRITO DAS LEIS: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, 8ª Edição, Saraiva, 2012.

SANDRONI , Paulo (org). NOVÍSSIMO DICIONÁRIO DE ECONOMIA – Editora Best Seller – 1999 – São Paulo – SP.

PLATÃO. A República. Política. Editora Martins Claret, 2002

BUENO, Roberto. Democracia ou Oligarquia? O controle invisível da política. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 1, 2017

SANDES-FREITAS. V. E. V. HERANÇA E HISTÓRIA POLÍTICA NO PIAUI: das origens à redemocratização – Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico de História da UECE – Vol. VII. Nº 13 – Jan/jul. 2019.